Conselho Federal de Psicologia

Jornal do FEDERAL

Conselho Federal de Psicologia - Ano XXII nº 97 - Junho 2010

Conheça três novas resoluções que orientam a atuação profissional – págs. 4, 5 e 6

VII CNP é marcado pela qualidade da participação dos delegados e observadores – pág. 9

EDITORIAL

Início de conversa

Esta edição do Jornal do Federal foi finalizada logo após o VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), realizado em Brasília, de 3 a 6 de junho. Os números da participação no congresso mostram a expressão que teve este CNP: um total de 11.726 psicólogos participou das etapas preparatórias, em todos os 17 Conselhos Regionais. Foram realizados 156 pré-congressos, com participação de 5.380 psicólogos, que elegeram 1.530 delegados para os Congressos Regionais, os Coreps. Destes, 1.285 estiveram efetivamente nos Coreps, que elegeram delegados e observadores ao CNP.

Além da presença da categoria ao longo de todo o processo, este VII CNP pode também ser celebrado pela qualidade das discussões. As teses reafirmaram princípios que vêm sendo trabalhados pelos Conselhos de Psicologia, como o compromisso com os direitos humanos, com a qualificação do exercício profissional, com a presença da Psicologia nas Políticas Públicas, com a atenção a grupos minoritários, e a atenção a novas situações em que a presença da profissão é demandada e já começa a ser identificada.

Foi um congresso vivido muito intensamente pelos delegados e observadores, que participaram dos grupos de trabalho e da plenária com enorme seriedade e comprometimento ao defender as discussões que trouxeram de suas bases. Na plenária ficou evidente, pela quantidade de intervenções de todos os presentes, a qualificação dos delegados. Não há dúvidas de que isso só foi possível pela ampla discussão da categoria sobre os temas.

Todo o processo, toda a qualidade e os resultados do VII CNP – que em breve estarão disponíveis em www.pol.org.br – aumentam o compromisso das chapas que se candidataram aos Conselhos Regionais e ao Federal de viabilizar diretrizes apontadas pelos psicólogos para todo o Sistema Conselhos.

Nosso compromisso político, como categoria que definiu os congressos nacionais como instância máxima de deliberação, é que os candidatos às plenárias dos Conselhos de Psicologia reconheçam que esse espaço é representativo da construção democrática de um projeto para a profissão, traduzindo as diretrizes ali definidas em sua plataforma de gestão.

Cabe agora aos psicólogos, diante dos resultados do CNP, conhecer a propostas das chapas que se candidatam e posicionar-se. A participação nas eleições para os Conselhos Regionais e na consulta pública para o Conselho Federal é mais uma etapa e parte fundamental de todo esse processo, em que os psicólogos brasileiros tomam nas mãos a definição dos rumos para a profissão.

Por isso, todos devem comparecer e votar, no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, nos locais que serão indicados pelos Conselhos Regionais. Trata-se de uma bela forma de comemorar nosso dia: assumindo coletivamente o compromisso explicitado no VII CNP.

Esta edição traz, conforme determina o Regimento Eleitoral, encarte com textos de apresentação das chapas que concorrem à gestão do Conselho Federal. É devido a esse prazo que o texto dessa edição chega agora à casa dos psicólogos. Este jornal traz também informações sobre as chapas inscritas nos 18 Conselhos Regionais.

Por fim, comemoramos nesta edição a eleição do Conselho Federal de Psicologia como um dos representantes da sociedade no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ligado à Presidência da República. A eleição é mais um exemplo dos resultados e do reconhecimento da sociedade à Psicologia como profissão comprometida com a promoção de direitos.

EXPEDIENTE

DIRETORIA
Ana Maria Pereira Lopes
Presidente

Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente

Iolete Ribeiro da Silva
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS
Alexandra Ayach Anache
Deise Maria do Nascimento
Elisa Zaneratto Rosa
Humberto Cota Verona
Maria Christina Barbosa Veras

CONSELHEIROS SUPLENTES
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Clara Goldman Ribemboim
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas

PSICÓLOGOS CONVIDADOS
Aluízio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

COORDENADORA-GERAL
Yvone Magalhães Duarte

EDIÇÃO
Maria da Graça Marchina Gonçalves

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Priscila D. Carvalho

REPORTAGEM
Priscila D. Carvalho
Lívia Domeneghetti Davanzo
Pablo Emílio de Mattos
Clélia Lima
Jennifer Araújo

PROJETO GRÁFICO
Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO
Ana Helena Melo

A fotografia da capa da edição número 96/2010 é de manifestação realizada em Florianópolis, Santa Catarina, e foi cedida pelo CRP da 12ª. Região.

Eleições

Vota, Psicologia!

No próximo dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, ocorrem as eleições para as novas composições das gestões dos Conselhos Regionais (CRPs) e também para consulta entre os psicólogos de todo o país para a indicação dos membros da Plenária do Conselho Federal de Psicologia. Nesse dia, psicólogos de todo o Brasil são chamados a votar, ajudando a definir os rumos da profissão para o próximo triênio, no país.

As eleições vão acontecer nos 18 Conselhos Regionais de Psicologia.

A votação é secreta e obrigatória para todos os psicólogos inscritos nos Conselhos de Psicologia que tenham até 70 anos. Para quem tem mais de 70 anos, o voto é facultativo.

Para votar, o psicólogo deve estar em dia com as anuidades até o dia das eleições, ainda que sob a forma de parcelamento de débito.

Psicólogo, vote e exerça o seu direito de definir os rumos da profissão

Veja abaixo as chapas que concorrem em cada Conselho Regional.

CRP	Chapas
1 (DF, AC, AM, RR, RO)	11 – Presença e renovação 12 – Acolhimento e transparência
2 (PE, Fernando de Noronha)	11 – Pra cuidar da profissão: dialogando com a categoria
3 (BA/SE)	11 – Ética na pluralidade 12 – Cuidar da profissão
4 (MG)	11 – Pra cuidar da profissão Minas Gerais 12 – Caminhar Psi: ciência, profissão e direitos humanos
5 (RJ)	11 – Ética e compromisso social
6 (SP)	11 – Cuidar da profissão
7 (RS)	11 – PsicologiaS 12 – ComPosição
8 (PR)	11 – Chapa 1
9 (GO/TO)	11 – Atuação: Para cuidar da profissão 12 – Pluralidades: Psicologia ética, transparente e socialmente responsável
10 (PA/AP)	11– Por uma Psicologia com Compromisso Social
11 (CE/PI/MA)	11 – Compromisso com a sociedade e desenvolvimento da profissão - Movimento pra cuidar da profissão
12 (SC)	11– Ouvir para construir 12 – Pra cuidar da profissão
13 (PB)	11 – Cuidando da profissão 12 – Psicologia em ação 13 – Mudar para avançar
14 (MS)	11 – Cuidar da profissão: fortalecendo a Psicologia no Mato Grosso do Sul 12 – Inovar para fortalecer a profissão
15 (AL)	11 – Ética e compromisso social
16 (ES)	11 – Cuidando da Psicologia: muitos fazeres, novos saberes
17 (RN)	11 – Mobilização para a consolidação do CRP-RN
18 (MT)	11 – Cuidar do CRP18

CRP-18: novo Conselho Regional atuará em Mato Grosso

Na Assembleia das Políticas, da Administração e Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF), realizada em dezembro de 2009, foi aprovado o desmembramento do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região (CRP-14), que passará a atuar no estado do Mato Grosso do Sul. O novo Conselho Regional, chamado CRP-18, terá jurisdição de Mato Grosso.

O novo regional já conta com sede própria, reformada recentemente, e funcionará após a posse do 1º Plenário, que será em 18 de setembro. A votação para escolha da chapa para o novo CRP será no dia 27 de agosto, junto com as eleições do Sistema Conselhos de Psicologia.

A criação de um CRP por estado da Federação é diretriz aprovada em Congresso Nacional da Psicologia e vem sendo construída em conjunto pelos Conselhos.

Resolução define papéis

de psicólogos peritos e assistentes técnicos no Poder Judiciário

O psicólogo perito é profissional designado para assessorar a Justiça e emitir parecer sobre temas de sua competência teórico-técnica, que subsidiará decisões judiciais. O psicólogo assistente técnico é de confiança de uma das partes do processo, contratado para assessorá-la e garantir o direito ao contraditório.

A cooperação mútua entre profissionais que realizam essas funções tornou-se um desafio e os Conselhos de Psicologia vêm acompanhando diversos conflitos a ela relacionados. Foi para resolver esse tipo de questão que os Conselhos passaram a discutir o tema e, após consultas realizadas pelos Conselhos Regionais, sistematizaram os consensos em Resolução que dispõe sobre a atuação desses profissionais.

De acordo com a conselheira do CFP Cynthia Ciarallo, a resolução "tem entre seus objetivos definir parâmetros que deem especificidade aos lugares que tais psicólogos ocupam em seu trabalho na esfera judicial, a fim de salvaguardar um exercício profissional de qualidade, que preserve a intimidade dos atores envolvidos em um processo judicial, em especial os direitos infanto-juvenis". A rotina, antes determinada apenas a partir da discricionariedade da autoridade judicial, agora encontra-se uniformizada e legalmente respaldada pelo Conselho Profissional.

A resolução veda a presença do assistente técnico no momento da avaliação realizada pelo perito e vice-versa, respeitando, assim, a autonomia técnica dos profissionais e evitando situações constrangedoras para as partes envolvidas em um processo judicial.

É vedado ao psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes em litígio atuar como perito ou assistente técnico de pessoas atendidas por ele. Fica vedada também a produção de documentos advindos do processo psicoterápico com a finalidade de fornecer informações à instância judicial acerca das pessoas atendidas, sem o consentimento formal destas últimas ou de pelo menos um dos respectivos responsáveis, à exceção de declarações.

De acordo com a conselheira Cynthia, esses dois últimos aspectos foram, até agora, motes para diversos processos éticos movidos contra profissionais que têm elaborado documentos psicológicos para compor processos judiciais como provas, especialmente em casos relacionados a crianças e adolescentes.

"Entendemos que essa Resolução inibirá tal prática, pois a disputa de guarda é entre os responsáveis legais, não cabendo ao psicólogo psicoterapeuta utilizar-se de informações que violarão o direito à intimidade dos que atende e/ou de terceiros, para estabelecer alianças com um dos litigantes", avalia a conselheira Cynthia.

Resolução regulamenta

atuação do psicólogo no sistema prisional

A resolução que regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional estabelece princípios a ser seguidos por esse profissional, que deve atuar no sentido da promoção e do respeito aos direitos humanos, bem como da construção de estratégias de fortalecimento, autonomia e participação dos sujeitos, com objetivo de resgate de cidadania e reinserção na sociedade, para além dos muros das prisões.

O texto define que a atuação com a população em privação de liberdade deve compreender os sujeitos em sua totalidade histórica, social, cultural, humana e emocional, e afirma que o psicólogo deve ter autonomia teórica, técnica e metodológica em sua atuação, de acordo com os princípios ético-políticos que norteiam a profissão.

No que tange à elaboração de documentos, a resolução "veda ao psicólogo que atua nos estabelecimentos prisionais realizar exame criminológico e participar de ações e/ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar". Também veda a produção de documento escrito oriundo da avaliação psicológica, com finalidade de subsidiar decisão judicial durante a execução da pena do sentenciado.

A avaliação psicológica poderá ser realizada, desde que atendendo a condições que possibilitem o trabalho dentro dos parâmetros éticos da profissão, e com objetivo de ser ponto de partida para a ação do psicólogo. Ela não poderá, no entanto, ter a finalidade de subsidiar decisão judicial para progressão de regime, pois, de acordo com o documento, "o psicólogo somente deverá realizar atividades avaliativas tendo em vista a individualização da pena quando do ingresso do apenado no sistema prisional".

A decisão é fruto de amplo debate realizado entre a categoria sobre o uso do exame criminológico para concessão dos benefícios legais, como livramento condicional ou progressão de regime. O Sistema Conselhos considera o exame criminológico prática estigmatizante, classificatória e violadora dos direitos humanos, que, da forma como vem sendo usada no sistema prisional, reforça a ideia de uma suposta natureza perigosa amparada em traços pessoalizados e não a partir de uma relação dialética entre indivíduo e produções sócio-históricas.

"O exame criminológico, na prática, vem sendo usado de forma inadequada, com a finalidade de identificar a periculosidade do preso e subsidiar progressões e regressões, O sistema penal brasileiro, de modo crônico, adapta-se às condições precárias em que se encontra e, desse modo, o parecer da Comissão Técnica de Classificação (CTC) foi, ao longo dos anos, sendo substituído pelo exame criminológico, o que reduz as possibilidades de ação dos profissionais que atuam com a população carcerária, violando direitos humanos e impedindo os profissionais de atender às reais necessidades das pessoas presas na perspectiva de sua reintegração social", avalia Deise Nascimento, conselheira do CFP.

Para a conselheira, a nova resolução é importante por concretizar uma política do Sistema Conselhos acerca da atuação do psicólogo no sistema prisional, que vem sendo desenvolvida desde 2003, em ações como o Relatório sobre apoio aos familiares e egressos do sistema penitenciário, do Banco Social de Serviços, e a Campanha das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos chamada "O que foi feito para excluir não pode incluir", entre outras.

Esclarecimentos sobre avaliação psicológica para registro e porte de arma de fogo

Devido à constante procura por informações sobre a necessidade ou não de credenciamento de psicólogos na Polícia Federal para realização de avaliação psicológica na concessão de registro e/ou porte de arma de fogo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) esclarece:

A Resolução CFP nº. 10, de 2009, explica que todos os psicólogos que realizam avaliação psicológica para o registro precisam estar inscritos no Conselho Regional de Psicologia (CRP) onde atuam.

Além do registro nos CRPs, os psicólogos precisam do credenciamento na Polícia Federal, exceto os profissionais que são integrantes das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das Polícias Civis, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Estes casos de exceção são os casos previstos em lei, em especial na Lei nº. 10.826/2003.

Resolução proíbe psicólogo de atuar como inquiridor na escuta de crianças e adolescentes

A resolução que regulamenta a atuação do psicólogo na escuta psicológica na Rede de Proteção de crianças e adolescentes em situação de violência proíbe o psicólogo de atuar como inquiridor e estabelece um conceito de escuta psicológica.

De acordo com o documento, a escuta psicológica consiste em oferecer lugar e tempo para a expressão das demandas e desejos da criança e do adolescente: a fala, a produção lúdica, o silêncio e as expressões não verbais, entre outros. Dessa maneira, os procedimentos técnicos e metodológicos devem levar em consideração as peculiaridades do desenvolvimento da criança e do adolescente e respeitar a diversidade social, cultural e étnica dos sujeitos.

A resolução prevê que o psicólogo, ao realizar um estudo psicológico decorrente da escuta, deverá incluir todas as pessoas envolvidas na situação de violência, identificando as condições psicológicas, suas consequências, possíveis intervenções e encaminhamentos. Na impossibilidade de escuta de uma das partes envolvidas, o psicólogo deverá incluir em seu parecer os motivos do impedimento e suas possíveis implicações.

A conselheira do Conselho Federal de Psicologia Maria Luiza Moura explica que o que moveu a construção do debate em torno dessa temática e que gerou algumas divergências foi definir se cabe ao psicólogo participar do processo de inquirição, ou seja, se é papel dele tomar depoimento para levantar dados e provas que subsidiem a decisão do juiz.

Segundo ela, o *Seminário Nacional Escuta de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção*, realizado nos dias 7 e 8 de agosto de 2009, e a *Oficina: O Papel do Psicólogo no Processo de Escuta de Crianças e Adolescentes*, realizada nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2010, que embasaram a construção da resolução, foram espaços importantes para avançar a discussão e estabelecer um diálogo com outras áreas.

Para a conselheira Maria Luiza, a resolução materializa o compromisso político, ético e social da Psicologia nas questões que envolvem direitos violados da criança e do adolescente. "A resolução fala de um desafio de olhar para a criança como um ser, um sujeito de direitos, uma pessoa que exige interlocução das políticas públicas e das profissões", afirma.

Na visão da conselheira do CFP Iolete Ribeiro, a finalidade da escuta é fazer que a criança tenha recursos emocionais e psicológicos, sinta-se apoiada e tenha os recursos necessários para enfrentar a situação. Segundo ela, é preciso uma articulação entre os diferentes serviços de proteção para de fato proteger a criança e o adolescente, e não revitimizá-los, com intervenções muitas vezes desarticuladas, como acontece hoje.

A resolução apresenta ainda referenciais técnicos para o exercício profissional da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes.

18 de maio

As contribuições da Psicologia

para garantia dos direitos de crianças e adolescentes

O Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 18 de maio, instituído pela Lei Federal nº 9.970/00, foi lembrado pela Psicologia em diversos estados, neste ano de 2010, com ações em consonância com a concepção de que os direitos sexuais desses cidadãos precisam ser garantidos, e de que a rede de proteção deve ser fortalecida. Em marchas, seminários, rodas de conversa, distribuição de panfletos, a categoria, em conjunto com outras entidades, chamou a atenção da sociedade para a necessidade de discussão e construção de alternativas que efetivamente garantam a proteção de crianças e adolescentes.

"A mobilização nacional para o 18 de maio vem se consolidando como estratégia coletiva de realizar campanhas educativas de proteção de crianças e adolescentes. O CFP soma-se a essas iniciativas com o intuito de fortalecer essa rede", destaca a conselheira do CFP Malu Moura, representante da autarquia no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

De acordo com a conselheira, a Psicologia contribui de maneira efetiva para compreender essa realidade social e incide profissional e politicamente para ajudar a criança e o adolescente em situação de violência sexual a restabelecer seu lugar de sujeito. "Muitas crianças e adolescentes têm seus direitos violados justamente por quem mais as deveria proteger afetivamente, vivência que pode mantê-las muitas vezes desconfiadas das relações. Tal situação exige do psicólogo trabalho importante para restabelecer esse lugar de sujeito e seus elos afetivos, fortalecendo sua condição sócio-histórica de ser humano em pleno desenvolvimento que busca conquistar sua autonomia", aponta.

Além disso, a Psicologia pode contribuir para a promoção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, difundindo a compreensão de que são direitos humanos dessa população, que tem direito de desenvolver sua sexualidade em ambiente seguro, protegido e livre de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Esse desenvolvimento exige que crianças e adolescentes possam construir conhecimentos sobre sua sexualidade à medida que se desenvolvem.

As famílias devem conversar sobre sexo com linguagem apropriada a cada fase de desenvolvimento e de forma não autoritária, não impositiva, não preconceituosa. A escola deve propiciar uma educação sexual escolar emancipatória, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral dessa população. "Esse aspecto da promoção está associado à própria proteção integral, a partir do momento em que a criança toma conhecimento e consciência de sua dimensão corporal, de que existe e não é um objeto, ela cria mecanismos para dizer não àquilo que a viola", explica Malu Moura.

Ações inovadoras

Uma das muitas tarefas da Psicologia neste campo é a construção de metodologia de atendimento a autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

"Nota-se que medidas estritamente punitivas, tais como o encarceramento de autores de violência sexual, não têm sido suficientes para impedir reincidências. As ações de combate à violência sexual, quando tratadas sob prisma puramente jurídico/punitivo, são ineficazes e supérfluas, uma vez que o índice de reincidência criminal de tais sujeitos é relativamente alto", avalia Malu Moura.

Por isso, explica a conselheira, estudos e intervenções nessa perspectiva buscam produzir referencial teórico-prático sobre o acompanhamento psicoterapêutico das pessoas envolvidas com a prática de violência sexual. "O atendimento ao autor de violência contra crianças e adolescentes é de fundamental importância para o rompimento do ciclo de reprodução da violência", pontua.

CBP

III Congresso Brasileiro Psicologia:

Ciência & Profissão

CBP aproxima ciência e profissão para montar panorama do que se pensa e faz na Psicologia

Oito mil pessoas são esperadas para a terceira edição do *Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão (CBP)*, que ocorre em São Paulo, de 3 a 7 de setembro.

Foram inscritas 3.764 atividades pelos participantes e propostos 537 trabalhos pelas entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb), organizador do evento.

Maior encontro de psicólogos do país, o CBP agrega experiências de pesquisa e do exercício profissional, facilitando o diálogo entre psicólogos que atuam em uma ou outra vertente da profissão. E os diversos formatos de atividades são pensados para propiciar este encontro: simpósios ciência e profissão reúnem pesquisadores e profissionais que debatem um mesmo tema. Há também espaço para relatos de experiência profissional e de pesquisa, enfocando a metodologia, procedimento e técnicas de trabalho. Confira todos os formatos e a programação em http://www.cienciaeprofissao.com.br.

Acácia Angeli, coordenadora da Comissão Científica, juntamente com Jairo Eduardo Borges-Andrade, destaca o envolvimento das entidades que integram o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), realizadora do evento. "As entidades mobilizaram seus associados para reunir o que de melhor a Psicologia brasileira tem a apresentar hoje", diz. Além disso, participaram ativamente das discussões para a construção dos grandes eixos geradores dos temas e das propostas de atividades do congresso.

DIÁLOGOS LATINO-AMERICANOS – BRASIL, 2010

A União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), na busca da aproximação entre as Psicologias criadas e desenvolvidas nos vários países da América Latina, promove os *"Diálogos Latino-Americanos de Psicologia"*, durante o II CBP, nos dias 4 e 5 de setembro.

Com um formato original e interessante, os *Diálogos* incentivam e promovem o encontro de pesquisadores no campo da Psicologia, oferecendo temas referentes a aspectos da realidade de nossos países. À semelhança do segundo, os *Diálogos* serão feitos em mesas- -redondas compostas por três psicólogos de países diferentes. Os temas são: Pobreza e risco na América Latina: existem desastres na AL? Formação – desafios para um olhar latino-americano; Ditadura e colonialismo na América Latina; Desafios da circulação do conhecimento e da informação e Comunicação e Subjetividade.

Os temas representam questões importantes e específicas de nossa realidade, para as quais a Psicologia não tem tradicionalmente se voltado. Eles marcam a posição da Ulapsi de promover e apoiar o desenvolvimento de uma Psicologia comprometida com as urgências e necessidades da realidade latino-americana.

Psicólogos do México, da Guatemala, da Argentina, do Uruguai, de Cuba, da Costa Rica e da Bolívia, além de brasileiros, comporão as mesas. Diversas entidades da Psicologia brasileira também participam das mesas e apoiam o evento.

Emir Sader, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), fará a conferência de abertura com o título *O diálogo na América Latina: uma estratégia de organização*.

Para a secretária-executiva da Ulapsi, Ana Bock, o evento deverá significar "um passo adiante na articulação da Psicologia latino-americana e na produção de um conhecimento comprometido com a transformação das condições de vida nesses países".

O congresso terá três Simpósios Magnos Ciência e Profissão, atividade que, ao final de cada dia, sela os trabalhos, promovendo reflexões em torno do tema do Congresso. Os eixos e convidados confirmados são:

Eixo 1 – Novas demandas sociais para a Psicologia
Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Carlos Rodrigues Brandão
Maria de Fátima Quintal de Freitas

Eixo 2 – Processos sociais institucionalizados
Marisa Lopes da Rocha
Magda Dimenstein
Odair Furtado

Eixo 3 – Políticas Públicas
Pablo Gentili
Jefferson de Souza Bernardes
Vera Silvia Facciolla Paiva

VII CNP avança na construção de diretrizes para a atuação dos Conselhos de Psicologia

O VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), realizado entre os dias 3 e 6 de junho de 2010 em Brasília, reuniu 160 delegados e 19 observadores que debateram 177 teses e aprovaram as diretrizes que orientarão as ações dos Conselhos de Psicologia no próximo triênio.

Na avaliação da presidente da mesa diretora do CNP e delegada pelo Conselho Regional de Psicologia 06 (SP), Carla Biancha, os delegados cumpriram sua função de representar, na etapa nacional, os debates anteriores. "Conseguimos apreciar cada uma das teses que haviam sido aprovadas nos pré-congressos e congressos regionais, garantindo tanto o aprofundamento do debate quanto a expressão dos diferentes posicionamentos acerca das temáticas presentes. Assim, avançamos na construção de propostas para as próximas gestões dos Regionais e do Federal, que deverão se nortear pelo trabalho realizado durante este CNP", afirmou.

Para a 2ª-secretária da mesa diretora do CNP e delegada pelo CRP 08 (PR), Denise Matoso, os debates do congresso foram mais amenos que das vezes anteriores. "As discussões foram mais organizadas, as pessoas estavam mais informadas a respeito do teor das teses, e os trabalhos em grupo mais tranquilos, porque as teses já chegaram aqui mais organizadas. Houve alguns embates, mas em geral houve consenso sobre os temas. Com o tempo, vamos amadurecendo as ideias, os objetivos da profissão e conseguindo ter tranquilidade para encontrar senso comum", avaliou.

Alianças

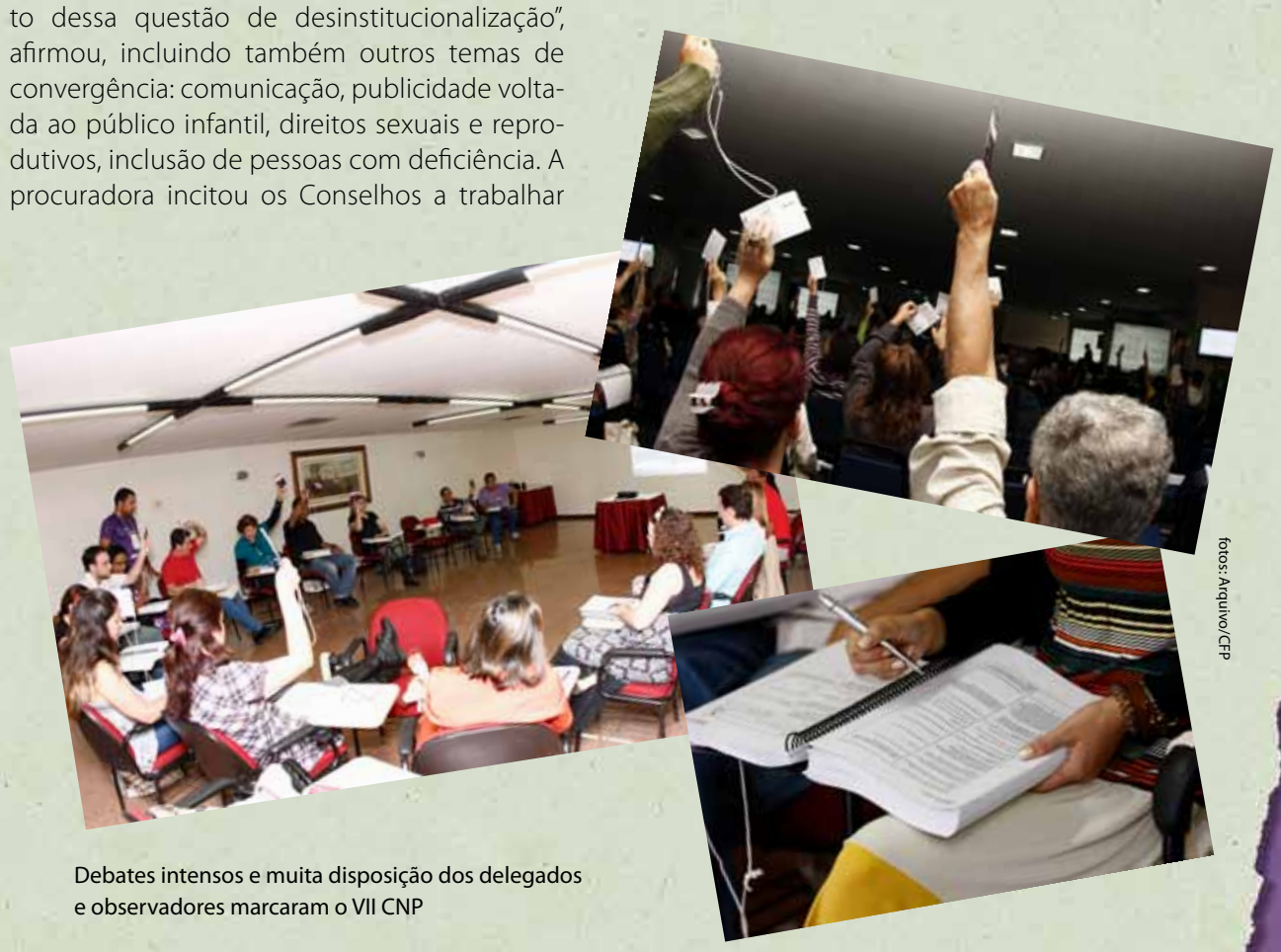
Na mesa de abertura do CNP, autoridades e gestores públicos convidados apontaram alianças possíveis entre as ações do Estado e as contribuições da Psicologia. Os convidados mostraram reconhecimento e sintonia com os debates que vêm sendo travados pela Psicologia.

A ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, avaliou como acertada a escolha do tema do congresso e a aproximação da Psicologia com as políticas públicas e com a garantia de direitos dos cidadãos. "O mundo atual nos coloca complexidades que exigem de cada campo profissional novas respostas. O tema do CNP faz uma escolha, uma opção política, responde à altura um mundo que se complexifica, mas onde é possível construir novas referências ético-políticas", afirmou.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão e subprocuradora-geral da República, Gilda Pereira de Carvalho demonstrou interesse pela convergência entre temas nos quais o Ministério Público atua e as ações dos Conselhos de Psicologia. "Estou satisfeita em estar aqui porque identifico que muitas das preocupações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Ministério Público Federal, por meio de seus promotores de cidadania, são contempladas pelo CFP e serão objeto de discussões neste congresso. Refiro-me às questões da educação, da saúde pública, saúde mental, enfrentamento dessa questão de desinstitucionalização", afirmou, incluindo também outros temas de convergência: comunicação, publicidade voltada ao público infantil, direitos sexuais e reprodutivos, inclusão de pessoas com deficiência. A procuradora incitou os Conselhos a trabalhar em conjunto com o Ministério Público na questão do sistema prisional.

O representante da Secretaria Geral da Presidência da República, Marcelo Pires, destacou a importância que o governo Lula confere à participação da sociedade na formulação de políticas públicas, tendo garantido sua presença em todos os conselhos setoriais que tratam de políticas públicas, inclusive os de Defesa Civil e de Segurança Pública.

A presidente do CFP, Ana Lopes, destacou como tarefa do CNP aprovar propostas que mantivessem o caminho de ampliação do lugar social da Psicologia no Brasil, levando em conta o cenário de direitos que se constrói desde a Constituição de 1988. Com base na fala das autoridades nacionais, Ana Lopes avaliou que a Psicologia está muito bem acompanhada nas parcerias que vem desenvolvendo para o fortalecimento da Psicologia no país.



Debates intensos e muita disposição dos delegados e observadores marcaram o VII CNP

fotos: Arquivo/CFP

LGBT

Marcha por cidadania e diversidade sexual

Bandeiras com as cores do arco-íris foram trazidas a Brasília por mais de 2 mil lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) e simpatizantes, manifestantes de todos os cantos do país que participaram da *1ª Marcha Nacional Contra a Homofobia*. Organizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a marcha foi realizada em 19 de maio de 2010, dois dias após o Dia Mundial Contra a Homofobia.

A concentração foi em frente à Catedral de Brasília, às 9 horas, onde ocorreu o *1º Grito Nacional pela Cidadania LGBT*, com faixas e pronunciamentos sobre o direito de liberdade de escolhas sexuais e, acima de tudo, exigências de cidadania para a população LGBT.

Uma das pautas centrais foi a exigência de garantia, pelas autoridades brasileiras, do Estado laico, isto é, sem religião oficial e no qual as manifestações religiosas são respeitadas, mas não devem interferir nas decisões governamentais. Os manifestantes defenderam também o combate ao fundamentalismo religioso.

Ao poder Executivo, solicitam o cumprimento total do Plano Nacional de cidadania LGBT. Ao poder Legislativo, demandam a aprovação imediata do PLC 122/2006, que diz respeito ao combate a toda discriminação, incluindo a homofobia. E ao poder Judiciário requerem decisão favorável sobre união estável entre casais homoafetivos, bem como a mudança de nome de pessoas transexuais.

A marcha seguiu pela Esplanada dos Ministérios e fez duas grandes paradas de reivindicações. A primeira foi em frente ao Ministério da Cultura, onde foram exigidos mais atenção e respeito para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis em políticas culturais de acesso e produção de cultura. A segunda parada foi em frente ao Ministério do Trabalho, onde foi questionada a não aceitação do ministério em receber a marcha em audiência pública.

Para Janaína Leslão Garcia, integrante do Grupo de Trabalho GLBTTT do CRP-SP, a Psicologia não tem nada contra qualquer tipo de união homoafetiva. "Precisamos quebrar essa ideia de que LGBT são doentes. Isso não existe, não tratamos ninguém dessa forma!", ressalta.

Arquivo/CFP

Atividades em Brasília dialogam com poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Presidente Lula decreta dia 17 de maio Dia Nacional de Combate à Homofobia

Toni Reis, presidente da ABGLT, avaliou a marcha como "um ato histórico que mostra a importância na defesa de políticas de apoio e assistência". A 1ª Marcha fez sua última parada em frente ao Congresso Nacional, onde foi requerida mais atenção para as causas LGBT que estão no âmbito do poder público, como proteção contra atos homofóbicos e o reconhecimento da diversidade sexual, junto com a cidadania.

Seminário discute Diversidade Sexual e Psicologia

Socializar experiências, sistematizar demandas recebidas e dialogar com a categoria sobre as relações entre Psicologia e Diversidade Sexual são objetivos do Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma sociedade de direitos, que ocorre entre 17 e 19 de junho de 2010, em Brasília.

Segundo a conselheira do CFP Clara Goldman a Psicologia tem papel importante na luta contra o preconceito sobre o homossexualismo: "A pluralidade interessa à Psicologia devido à possibilidade de atendimento e acolhimento dessas pessoas, sem a perspectiva da patologia, além do entendimento de direitos humanos".

Para debater o tema estão convidados psicólogos, representantes de entidades de defesa da diversidade sexual, antropólogos, a coordenadora do Programa Brasil sem Homofobia da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da presidência da República, entre outros. Mais informações sobre os debates em http://diversidade.pol.org.br.

Impactos do desemprego na subjetividade e a atuação da Psicologia

Um dos pontos recorrentes nas palestras do seminário *Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea* foi o entendimento do trabalho como categoria fundante da Psicologia, isto é, como componente fundamental para a subjetividade.

Se o trabalho tem essa centralidade, a falta dele também traz consequências importantes para a saúde mental, repercutindo naquilo que as pessoas fazem, sentem e em como estabelecem relações sociais, conforme aponta a psicóloga conselheira do CRP 06 Andréia Garbim: "Socialmente nós nos organizamos em torno das atividades que realizamos. O não trabalho significa retirar das pessoas a possibilidade de realizar atividades que têm valor social para determinada sociedade", avalia. Segundo ela, a Psicologia tem ferramentas importantes para promover a discussão sobre o trabalho e o não trabalho, de modo que as pessoas possam compreender os processos que vivem e construir formas de enfrentamento.

Com essa perspectiva, em 2005 os Conselhos de Psicologia realizaram, em parceria com o Ministério do Trabalho, o projeto *Apoio psicológico ao trabalhador em situação de desemprego*, do Banco Social de Serviços em Psicologia, que desenvolveu experiências de apoio psicológico para o enfrentamento do desemprego, a construção de redes de solidariedade e o entendimento das causas estruturais da falta de trabalho, por vezes vista como fruto de inadequação pessoal.

Atualmente, psicólogos nesta área atuam em uma ampla gama de atividades, como serviços públicos de atendimento aos trabalhadores em situação de desemprego, recolocação profissional, projetos de reinserção e apoio a empreendimentos solidários

Pioneira nos estudos dos vínculos entre condições de trabalho e saúde mental, a médica Edith Seligmann recorda que, na década de 1980, quando o tema ganhou espaço como objeto de estudos, o foco das pesquisas era em como a crise econômica se refletia nos trabalhadores das indústrias. Naquele momento, ela estudou a situação dos trabalhadores em Cubatão, SP, que apresentavam casos de estafa, internações, fadiga patológica, relacionados ao medo do desemprego e ao aumento da demanda por produtividade. Já na crise econômica dos anos 1990, o foco dos estudos de Seligmann foi no desemprego de longa duração e seus impactos.

Sobre o contexto atual, a pesquisadora avalia ser necessário que, no Brasil, se atente para a crise econômica na Europa, onde já se discutem mudanças no sistema de atendimento aos trabalhadores desempregados para a diminuição dos déficits públicos. "Ficamos achando que o Brasil vai muito bem, mas há analistas que veem a crise chegando, por conta de diminuição previsível de exportações e do aporte de capitais estrangeiros", afirma, preocupada com a reversão dos níveis de emprego no Brasil, onde as políticas de atenção aos desempregados são mais frágeis que na Europa.

As crises afetam também os trabalhadores empregados que, sobrecarregados, enfrentam problemas de desempenho ou, mesmo, esgotamento profissional. "As pessoas adoecem porque estão desempregadas, mas também são adoecidas nas situações de trabalho, das quais já saem fragilizadas e não conseguem competir por novo emprego. São problemas que não podem ser isolados", avalia.

O psicólogo Odair Furtado aponta também a persistência do mercado informal, que, no Brasil, ainda é responsável por cerca de 50% dos postos de trabalho. "O mercado de trabalho no Brasil é frágil, por isso a economia solidária ainda é um tema importante, no qual há muito a se desenvolver", avalia.

Políticas públicas

Nilson Tadashi Oda, diretor de Empreendedorismo, Trabalho e Renda da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, avalia haver movimento positivo de municipalização das políticas públicas de apoio aos trabalhadores desempregados. São Bernardo, por exemplo, assumiu as políticas para a área em convênio com o governo federal e comprometeu-se com três metas: intermediação entre os que buscam trabalho e empresas que o oferecem, com espaço físico para receber os trabalhadores, capacidade para cadastrá-los e encaminhar o recebimento do seguro desemprego. Com os cadastros, o município poderá cruzar informações dos que buscam trabalho com as necessidades de qualificação dos empregadores. "A meta é promover cursos de qualificação social e profissional, compatibilizando oferta e demanda", afirma.

Solidariedade: um gesto antimanicomial

O dia 18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial – deste ano foi marcado pela preparação para a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM) – Intersetorial, agendada para os dias 27 a 30 de junho.

O tema *Solidariedade: há em ti, há em mim*, dialoga com a conjuntura da Reforma Psiquiátrica e com a situação mundial, principalmente aquela destacada a partir do desastre do Haiti, que, somado a tantos que se seguiram, como os deslizamentos e as inundações no Rio, os terremotos no vizinho Chile e na distante China, se enlaçou a um dos princípios da Luta Antimanicomial: a solidariedade.

Na luta diária por uma sociedade sem manicômios, muitos são os terremotos e muitas são as resistências a enfrentar. Os Conselhos de Psicologia defendem a completa substituição do modelo manicomial pelo tratamento em liberdade e a perspectiva da participação social. Apoiam a luta pela efetiva implementação da Reforma Antimanicomial, que exige a transformação de muitas políticas públicas e que convoca a sociedade ao olhar e à ação solidária.

Foram realizadas atividades do Dia de Luta em todo o país. Confira:

- A Semana Metropolitana da Luta Antimanicomial na Baixada Santista: mais de 20 eventos durante toda a semana do dia 18 de maio, em Santos e outros quatro municípios próximos.
- A Passeata Maluco Beleza, em Goiânia: organizada pelo Fórum Goiano de Saúde Mental, foi importante ato político e cultural para marcar o comprometimento no cuidado fora dos manicômios.
- A manifestação *Solidariedade: há em ti, há em mim*, em Belo Horizonte, tomou as ruas da cidade pelo 13º ano. Cerca de 3 mil manifestantes cantaram o samba enredo *Tec-tec-tec*, acompanhados pelo som das escolas de samba Liberdade Ainda que Tan-Tan, Tsunami e Grêmio Recreativo Escola de Samba Cidade Jardim.

IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial

A novidade da IV Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM-I) é seu caráter intersetorial, garantindo diálogo e interface com outras áreas, de dentro e de fora da saúde. A importância da intersetorialidade é ressaltada por Elisa Zaneratto Rosa, conselheira do CFP: "É preciso construir redes com representantes de outras áreas, sejam eles trabalhadores, usuários ou gestores, para alcançarmos os objetivos de uma reforma que seja, de fato, antimanicomial". Zaneratto pontua temas que foram discutidos desde as etapas municipais e estaduais, e estarão presentes na IV CNSM-I: "No campo da Cultura, que preconceitos precisam ser superados? No campo da Justiça, o que pode ser feito para evitar que o usuário da Saúde Mental seja destituído de cidadania por ser considerado incapaz? No campo dos Direitos Humanos, que violações ainda existentes em instituições hospitalares precisam ser identificadas e interrompidas?".

Plenária Autônoma garante participação de municípios de SP

São Paulo, que tem a maior representação em número de delegados na Federação, foi o único estado cujo gestor não convocou a etapa estadual, prévia à Conferência Nacional. Contrariou, assim, princípios democráticos do Sistema Único de Saúde (SUS), como equidade em todas as etapas de atendimento e participação popular para garantir a efetividade de políticas públicas de saúde, além de contrariar decisão do Conselho Estadual de Saúde.

Para garantir a representação paulista na IV CNSM e o encaminhamento das propostas para o estado de São Paulo, a sociedade civil e o Conselho Estadual de Saúde convocaram uma Plenária Estadual Autônoma, em 22 de maio de 2010, substituindo a Conferência Estadual em São Paulo. A plenária reuniu aproximadamente 900 pessoas e indicou delegados para a etapa nacional.

Segundo Andréia Garbin, conselheira do CRP-06, a Plenária Autônoma mostra "a força dos movimentos com a Luta Antimanicomial, reafirmando seus princípios e reafirmando a necessidade de implementação da rede substitutiva de atenção à rede de saúde mental".

Arquivo/CFP

O 18 de maio deste ano enfocou a solidariedade como compromisso de todos com a felicidade coletiva, com a garantia da cidadania plena a todos os sujeitos

Psicologia e os rumos da Educação brasileira

O acúmulo de debates e formulações, pela Psicologia, sobre diversos temas relacionados à Educação possibilitou a participação da categoria na Conferência Nacional de Educação (Conae), que reuniu cerca de três mil pessoas, entre os dias 28 de março e 1º de abril de 2010, em Brasília.

Segundo a conselheira do CFP Iolete Ribeiro, que participou como observadora, os Conselhos de Psicologia comemoraram a realização da Conferência, espaço para a discussão do Sistema Nacional de Educação. Para a conselheira do CFP Alexandra Anache, que também participou como observadora, a importância do momento foi de "estabelecer interlocuções com os diversos profissionais da área de Educação, inclusive os psicólogos que estavam presentes", afirmou.

Grande avanço para as discussões sobre a temática foi o Ano da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia. Dos debates realizados entre 2008 e 2009, saíram encaminhamentos para a atuação dos psicólogos, entre os quais figuram propostas de inserção e participação no âmbito das políticas públicas educacionais e nos espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais, conselhos, e também no âmbito legislativo, com vistas a contribuir para a democratização da Educação.

As diversas interseções entre as áreas foram sistematizadas na cartilha *Contribuições da Psicologia para a Conae*, que relacionou os resultados do Ano da Educação com os eixos da conferência.

Entre as deliberações constantes do relatório preliminar da Conae, Iolete Ribeiro destaca, como avanços, quatro pontos. O primeiro é a criação do Sistema Nacional de Educação, que vai articular as ações educacionais em todos os níveis de gestão e todas as áreas de ensino. Esse sistema traz possibilidades de avanços na qualidade do ensino por meio da pactuação de políticas educacionais entre estados e governo federal.

Outro ponto é a eleição dos membros dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal, com previsão para acontecer de forma democrática. "Significa a criação de um espaço de participação popular e representa o reconhecimento da importância desse segmento na construção das políticas públicas de Educação", avalia Iolete.

Para garantir a qualidade do ensino é importante, de acordo com a conselheira, que a formação inicial do professor seja presencial, e que o ensino a distância (EAD) seja utilizado como instrumento complementar. Por fim, em consonância com o compromisso da Psicologia na construção da "Educação para Todos", é fundamental o fortalecimento das medidas de inclusão e de educação para a diversidade, conforme apontado no relatório preliminar da Conae.

Participaram da conferência, ao lado do CFP e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, outras entidades da Psicologia, tais como a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee).

Crepop prepara referências para atuação na educação básica

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) do CFP realizou, em 2009, pesquisa sobre atuação dos psicólogos em políticas públicas de Educação Básica. O relatório com os resultados da pesquisa está disponível na página do Crepop: http://crepop.org.br. Além disso, está em fase de elaboração documento para consulta pública sobre a atuação dos psicólogos em políticas públicas de Educação Inclusiva.

14 de abril: Dia de Luta pela Educação Inclusiva

A educação inclusiva tem estado na agenda dos profissionais da Psicologia que atuam na área de Educação. Em 2004, a Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf) instituiu o 14 de abril como Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva no Sistema Conselhos.

Os psicólogos vêm desenvolvendo diversas ações em prol da educação inclusiva, entendida, nesse contexto, como práticas que fortaleçam a luta por uma educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos, com foco naqueles que têm sido excluídos dos sistemas de ensino – negros, meninas, homossexuais, pessoas com deficiência, indígenas, entre outros.

Arquivo/CFP

Na Conferência, psicólogos encontraram-se e estabeleceram interlocuções com outros profissionais que atuam na Educação

Atuação de psicólogos
no Sistema Único de Assistência Social

A procura por diretrizes que definam a atuação da Psicologia na Assistência Social e a necessidade de fortalecimento da relação entre esses dois campos foram os motes para a organização do *Seminário Nacional Atuação de Psicólogos no Sistema Único de Assistência Social.*

O evento ocorre entre os dias 21 e 23 de junho, em Brasília, com transmissão ao vivo pela internet, possibilitando ampla participação dos profissionais da área.

Atualmente, mais de 7 mil psicólogos atuam no Suas, cerca de 5 mil na proteção básica e outros 2 mil na proteção especial.

Segundo pesquisas realizadas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), são inúmeras as contribuições dos psicólogos para os Serviços de Proteção Social do Sistema Único de Assistência Social (Suas), mas muitos desses profissionais sentem necessidade de mais informações sobre a atuação na área.

Entre os pontos abordados no evento, estão os dilemas da prática interdisciplinar, ou seja, os desafios que os profissionais enfrentam ao trabalhar com colegas de outras áreas. As pesquisas do Crepop sobre Atuação dos Psicólogos no Centro de Referência a Assistência Social apontaram que psicólogos que trabalham com medidas socioeducativas normalmente estão em equipes multidisciplinares: com assistentes sociais (69%), pedagogos (40%) e socioeducadores (39%). Daí a importância do desenvolvimento de atividades que qualifiquem o trabalho conjunto.

Psicologia e Serviço Social são campos de conhecimento que procuram resguardar os direitos de proteção social básica, em situações de violação e mesmo antes delas, atuando na prevenção. "É fundamental essa relação, porque a Psicologia trabalha no sentido de reconhecer junto às pessoas o direito na sua dimensão subjetiva, e o Serviço Social faz o encaminhamento para alcançar os direitos", avalia a presidente do CFP, Ana Lopes.

Preocupado em aprofundar esses temas, o seminário aborda as especificidades da Psicologia para atuação em serviços de proteção social básica e especial. Outra mesa de debates trata do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual.

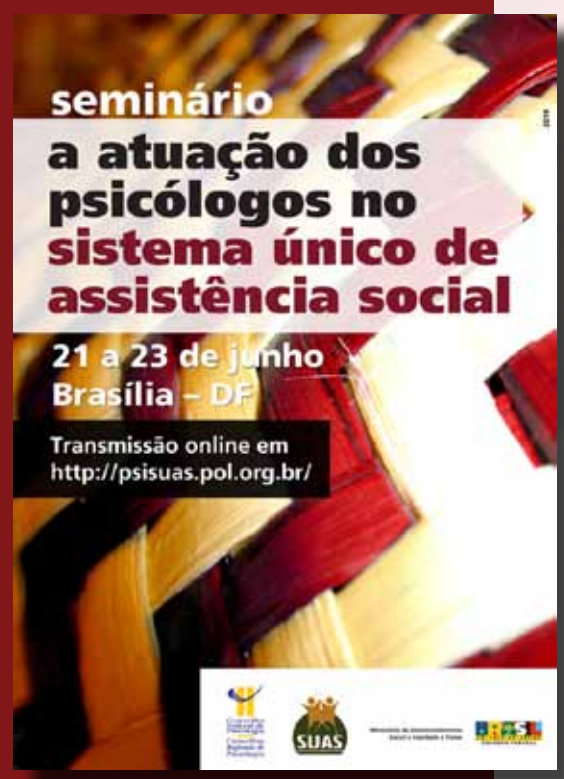
Psicologia e o enfrentamento da pobreza é o tema da última discussão do seminário. "Não confundir assistencialismo com caridade e garantir à população seus direitos são partes do trabalho do psicólogo no serviço social", avalia a conselheira do CFP Iolete Ribeiro.

Seminário concretiza diálogo entre gestores públicos e categoria

O seminário materializa um dos objetivos do Crepop, que é, a partir da produção de referências, estabelecer diálogos com os gestores públicos e a categoria, na direção de apontar questões relativas à prática profissional em cada área: possibilidades da atuação dos psicólogos, diretrizes que devem ser garantidas para a atuação com qualidade técnica e ética.

Daí a realização conjunta do seminário, promovido pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, sob coordenação de Referência Técnica em Psicologia e Políticas, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

A proposta é levar a reflexão da Psicologia como referência para o estabelecimento de diretrizes, para o questionamento das condições de atuação e para o debate sobre as características das diferentes políticas públicas.



Encontro sobre clima

cobra "dívida climática" dos países desenvolvidos e questiona o mercado de carbono

Foi-se o tempo em que conferências internacionais e discussões travadas entre os países aconteciam apenas em gabinetes fechados ou nas salas das organizações internacionais. Desde a década de 90 ganharam destaque protestos de ativistas e movimentos sociais questionando reuniões como a da Organização Mundial do Comércio em Seattle, 1999, ou, dez anos depois, a Conferência da ONU sobre mudança climática, em Copenhague, Dinamarca.

Mais recentemente, também se veem presidentes de países buscando, nos grupos organizados da sociedade, conteúdo, apoio e legitimidade para as propostas que apresentam no cenário internacional. A mudança está relacionada à chegada ao poder, especialmente no continente americano, de presidentes cuja história é atrelada às lutas sociais.

É cedo para saber se a estratégia funciona, mas a Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba, Bolívia, em abril de 2010, é exemplo marcante desse cenário. Promovido pelo presidente boliviano, Evo Morales, o evento reuniu cerca de 35 mil pessoas, das quais 9 mil vieram de 140 países, incluindo delegações de 56 governos, segundo sua organização.

Dias após a conferência, foi Evo Morales quem se encarregou de levar as conclusões a um encontro da ONU. Apresentou-as formalmente ao processo de negociação da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática. E discursou sobre elas no encontro do G77+China. O G77 é uma coalizão, ainda que bastante fluida, de países em desenvolvimento, que reúne atualmente 130 nações. O presidente apresentou a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra, carta-síntese da Conferência realizada na Bolívia, que Morales propõe ser discutida pela ONU. Sugere que a Declaração seja base para documento complementar à Declaração Universal dos Direitos Humanos, com um acordo que promova direitos do planeta à vida, "à regeneração de suas biocapacidades e continuação de seus ciclos e processos vitais", entre outros.

A Declaração questiona o não cumprimento do Protocolo de Kioto, acordo para redução de emissão de gases de efeito estufa, pelos países ricos. Segundo Morales, até agora esses países só reduziram em 2% a emissão de gases, em comparação aos níveis dos anos 90. O acordo previa, até 2010, redução em, pelo menos, 5,2%. Se considerados os níveis atuais de emissão, e não os dos anos 90, a redução necessária passaria dos 15%.

A Declaração aponta uma "dívida climática" dos países desenvolvidos e questiona o mercado de carbono, o qual permite que se compense a emissão de gases com a compra de créditos de carbono de outros países, dizendo que "se transformou em negócio lucrativo que mercantiliza a natureza, favorece a apenas alguns agentes intermediários e não contribui significativamente para a redução de gases de efeito estufa".

Arquivo/CFP

Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática fortalece a ideia de justiça climática e traz novos elementos ao debate internacional

Para o secretário-executivo da Rede Brasil para Instituições Financeiras Multilaterais, Gabriel Strautman, a importância da conferência da Bolívia está no fato de ela fortalecer a ideia da necessidade de reparação da dívida climática, pelos países do Norte, que concentram 75% das emissões, sobretudo na forma de gases industriais. "O interessante na conferência da Bolívia é chamar a discussão sobre quem são os responsáveis pelas emissões, que são os países do Norte, e discutir o tema do clima na perspectiva de justiça", afirma.

Ele concorda com as críticas da Conferência ao mercado de carbono, pois o mecanismo não mexe na lógica da emissão de gases: quando uma empresa compra títulos de carbono, pagando por desmatamentos evitados, ela não deixa de emitir os gases nem atua na mudança da forma de produção poluente.. "[a conferência da ONU sobre mudanças climáticas em] Copenhague fracassou. Não houve decisão sobre quem paga a conta. Incorporam esse gasto no custo de produção e, com isso, nada precisa ser mudado. Mecanismos de mercado são falsa solução para a questão do clima", questiona, ressaltando que é necessário debater níveis de consumo para uma solução real para a o problema.

Ouvidoria:
um canal de comunicação entre o público e o veículo de comunicação

Por meio de ouvidorias instaladas em alguns veículos de comunicação, o público pode opinar, fazer sugestões e reclamações sobre a programação ou sobre o serviço prestado.

A ouvidoria da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é prevista pela lei que criou a empresa e tem por função complementar a atividade do Conselho Curador, ao se constituir no meio-campo entre a EBC e o cidadão. O atual ouvidor da EBC, Laurindo Leal Filho, concedeu entrevista ao Jornal do Federal sobre o trabalho e sobre a recepção das opiniões do espectador pelas equipes dos veículos.

Jornal Federal: Como a ouvidoria pode contribuir para que uma empresa pública de comunicação cumpra seu compromisso com a sociedade e com a participação do cidadão na produção de conteúdo?

Laurindo Leal: A Ouvidoria é peça-chave na relação da empresa com a sociedade. É um canal aberto entre os veículos da EBC e o público que recebe os serviços por ela prestados. E é por esse canal que o cidadão exerce o seu direito de crítica em relação aos conteúdos oferecidos. Uma das tarefas da Ouvidoria é a de convencer os gestores da empresa a levar em conta, na programação, as demandas do público. Quando isso ocorre, o papel da Ouvidoria está sendo cumprido de maneira plena.

JF: Como tem sido a participação do cidadão? Quais as principais demandas trazidas? Há algum estudo de quantidades ou de tipo de demanda?

LL: É cada vez maior. A internet facilitou muito o contato com a Ouvidoria. Mas nós recebemos demandas também por telefone, por carta e presencialmente, e elas variam de acordo com o veículo. A EBC possui uma agência de notícias, oito emissoras de rádio e duas de televisão. As demandas são as mais variadas. Um leitor da Agência, por exemplo, reclamou do tamanho do corpo das letras usadas no site. Um ouvinte da Rádio Nacional do Rio de Janeiro criticou a veiculação de uma marchinha carnavalesca cuja letra ridicularizava os gays. A Ouvidoria levou os dois casos ao conhecimento dos responsáveis, que adotaram providências rápidas. A Agência aumentou o tipo das letras e a Rádio Nacional apresentou um pedido de desculpas no mesmo horário em que a música havia sido transmitida. Na televisão, há manifestações constantes de telespectadores elogiando alguns programas, especialmente os infantis e os musicais, mas há também críticas quanto à qualidade de outros, especialmente os importados. Há ainda reclamações com relação à linha editorial dos telejornais, considerada por alguns telespectadores muito semelhante à das emissoras comerciais. A Ouvidoria abre processo para cada demanda recebida, classifica todas e as contabiliza, produzindo mensalmente relatórios quantitativos e qualitativos que são encaminhados para análise do Conselho Curador da EBC.

JF: Qual é a avaliação que o senhor faz da EBC nesses dois anos e meio de atividade?

LL: Avançamos bastante. Hoje a Ouvidoria está consolidada e tem papel importante na gestão da empresa. A partir deste ano passamos a ter espaço permanente nas reuniões do Conselho Curador, para apresentar os nossos relatórios, que são discutidos seriamente pelos conselheiros.

Neles, não só destacamos as principais demandas recebidas do público, como apresentamos também a nossa análise de determinados programas levados ao ar ou de textos publicados pela agência de notícias.

Algumas das questões levantadas pela Ouvidoria tornaram-se pautas de análise das Câmaras Setoriais do Conselho (Jornalismo e Programação Infantil). Uma das situações mais delicadas levadas pela Ouvidoria e discutidas pelo Conselho diz respeito aos programas religiosos transmitidos pelas emissoras de rádio e de TV.

Com a mudança da Ouvidoria para a nova sede da EBC em Brasília, será possível implantar um serviço de atendimento telefônico do tipo 0800, o que facilitará ainda mais o acesso dos cidadãos ao nosso serviço. E teremos mais espaço para o atendimento presencial.

Com esse serviço em funcionamento e com o programa de TV da Ouvidoria no ar, passaremos a investir mais tempo e recursos no programa EBC-Universidade (já em funcionamento com a Unb) e no trabalho de criação de grupos de leitores, ouvintes e telespectadores para a realização de acompanhamento crítico sistemático dos conteúdos veiculados pela empresa.

Leia a entrevista na íntegra em www.pol.org.br

Abep

Direitos Humanos
e a formação em Psicologia

É responsabilidade de todos os psicólogos e, em especial, de todos aqueles envolvidos na formação em Psicologia, a disseminação do que são os Direitos Humanos – para que, ao reconhecê-los, possamos trabalhar por sua integral realização e implementá-los em nossa realidade cotidiana. Do modo como temos discutido na Abep, os Direitos Humanos vão além de tratar de igualdade entre os homens perante a lei; dizem respeito à liberdade de pensamento e de expressão e, em especial, a incidir na fraternidade como foco para as relações humanas e, assim, sociais.

A ONU declarou o período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2004 a Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos, que implica acesso ao saber acumulado, mas também a crítica e a reflexão permanentes. Mais do que conteúdos disciplinares, requer currículo de formação em Psicologia, entendido de maneira ampla, como conjunto de experiências a que educadores e educandos se expõem. É preciso que a Psicologia, como ciência e profissão no Brasil, desenvolva-se a partir de uma ética de Direitos Humanos; é preciso que o sujeito, objeto de trabalho e de pesquisa dos psicólogos, seja sempre concebido como um sujeito de direitos. Os cursos ainda têm tímida presença de temas afeitos aos Direitos Humanos, que se expressam em disciplinas, palestras ou debates, atividades organizadas pelos alunos, campanhas, pesquisas, projetos de extensão, acompanhamento de atividades da Abep ou do CFP e em outros espaços.

Ainda temos um longo caminho para impulsionar a formação em Direitos Humanos. Parece-nos que o compromisso com essa formação deve construir posturas plurais; compreender os dissensos e os conflitos e a construção de mediações adequadas à sua resolução; educar de forma continuada e global para uma mudança cultural; educar em valores, para atingir corações e mentes, e não ser apenas mera transmissão de conhecimentos. O trabalho de formação deve abranger, igualmente, educadores e educandos, em uma escola que respira democracia e é tolerante como um valor ativo vinculado à solidariedade.

No III Congresso Brasileiro Ciência e Profissão, teremos debates em que a Abep estará presente para aprofundar essas questões e discutir ações coletivas – em todo o Brasil – para ultrapassar o discurso e nos comprometer com a transformação efetiva de nossa realidade social.

Arquivo/CFP

Em 2008, a Abep realizou o projeto Direitos Humanos no Ensino da Psicologia, uma série de debates via internet, que reforçou o compromisso da entidade com os Direitos Humanos

Registro

Diploma: mudança no processo de registro dos psicólogos recém formados

Desde o início de 2009, egressos de cursos de Psicologia com diploma de bacharel têm procurado os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) para solicitar seus registros. O registro, no entanto, não vinha sendo feito pelos CRPs pois, para realização dessa tarefa, eles atendiam à Lei nº 4.119/62, que estabelece que o documento necessário para registro é o diploma de psicólogo.

Em busca de solução para a questão, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e um grupo de trabalho formado por presidentes de Conselhos Regionais consultaram o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior, e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Das consultas resultou a informação, proveniente do MEC, que o grau a ser conferido é aquele definido na portaria que instala cada curso e que, no caso da Psicologia, é o grau de bacharel.

O CNE, em ofício, respondeu ao questionamento do CFP, orientando que "os diplomas dos concluintes do curso de Psicologia, devidamente reconhecido e desenvolvido de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE nº 8, de 7 de maio de 2004), lhes atribuam o grau de Bacharel, constando no seu texto referência à formação de psicólogo."

Em face desse cenário, os CRPs devem continuar o procedimento de inscrição de psicólogos, aceitando os diplomas nos quais conste a formação de psicólogo. Já em relação aos diplomas de bacharel em Psicologia, estes devem deixar claro que a formação se deu de acordo com as Diretrizes Curriculares de 2004. Caso contrário, o CRP deverá indicar ao psicólogo que solicite, da instituição formadora, declaração de que o curso foi ministrado de acordo com as Diretrizes Curriculares.

Confira a instrução em www.pol.org.br

Cuidado no uso de testes psicológicos:

nem todos os testes em circulação são aprovados para uso dos psicólogos

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) mantém uma Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, formada por psicólogos convidados de notório saber na área, com o objetivo de analisar e emitir parecer sobre os testes psicológicos encaminhados ao CFP, com base nos parâmetros definidos pela Resolução CFP nº 002/2003, que regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de tais testes.

O psicólogo é profissional habilitado para conferir se determinado instrumento é um teste psicológico ou não. Entretanto, em caso de dúvida, o instrumento deve ser encaminhado para o Conselho Federal de Psicologia, para que a comissão faça essa análise.

Quando demandada, a comissão realiza análise preliminar e verifica instrumentos usados por psicólogos, avaliando se são testes psicológicos e, portanto, privativos da categoria. Quando o instrumento é considerado teste psicológico pelo CFP, deve passar pela análise prevista na resolução CFP nº 002/2003. Somente após receber parecer favorável do Conselho o teste poderá ser utilizado profissionalmente pelos psicólogos. Nesses casos, os testes passam a ser de uso exclusivo da categoria.

No sítio do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi), é possível ver a lista dos instrumentos já analisados pela Comissão (http://www2.pol.org.br/satepsi – no link Instrumentos Encaminhados para Verificação se são Testes Psicológicos)

Lá, encontra-se também a lista de instrumentos que são testes psicológicos, mas sem possibilidade atual de uso profissional, pois ainda não foram enviados para a análise prevista na Resolução CFP nº 002/2003, mesmo com o aviso aos autores ou responsáveis pelo teste no Brasil. Exemplos dessa situação são os testes denominados Discus ou Disc e Inventário Hogan de Personalidade.

Na página do Satepsi, encontra-se também uma lista de instrumentos que foram encaminhados ao CFP mas não são testes psicológicos. Exemplos desse caso são os testes Minimental e Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI).

O psicólogo, em especial aquele que trabalha na área organizacional, precisa ficar atento para não usar instrumentos que são testes psicológicos, mas que não possuem o parecer favorável pelo CFP, haja vista que essa prática configura falta ética.

CFP comemora eleição

para Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

O Conselho Federal de Psicologia foi eleito para uma das 14 vagas da sociedade civil no Conselho Nacional de Direitos da Mulher, no triênio 2010-2013. O CFP foi a terceira organização mais votada. A eleição ocorreu por votação eletrônica, realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2010.

"Essa eleição consolida trabalho que vem sendo realizado no campo dos direitos humanos e, mais especificamente, na construção de referências para o exercício profissional dos psicólogos que atuam com a questão da mulher, sobretudo no tema violência de gênero", avalia Clara Goldman, conselheira do CFP. "O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher representa um espaço fundamental no qual as políticas de promoção da cidadania das mulheres são construídas. Esse é um momento histórico para os Conselhos de Psicologia", comemora Clara.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985. Atualmente é vinculado à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo.

Participe da pesquisa sobre o título de especialista

Desde o ano 2000, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) concede a psicólogos o título de especialista, que atesta a especialização profissional de psicólogos e psicólogas em onze especialidades. Até hoje, já foram concedidos 17,5 mil títulos.

Com o objetivo de mensurar o reconhecimento do título de especialista, para a categoria e para os cursos de especialização em Psicologia, o CFP segue realizando a Pesquisa Nacional sobre o Título de Especialista em Psicologia.

Para participar da pesquisa, responda ao questionário online no endereço: http://www2.pol.org.br/pesquisaespecialista

Processos éticos

Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 19/3/2010 a 30/4/2010.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 216/10– ORIGEM: CRP-04
ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência.
DECISÃO CRP: Advertência.
DECISÃO CFP: Advertência.
DATA DO JULGAMENTO: 19/03/2010
PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI
RELATORA: MARIA DA GRAÇA MARCHINA GONÇALVES

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 267/10– ORIGEM: CRP-11
ARQUIVAMENTO
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o Arquivamento da representação formulada. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento.
DECISÃO CFP: Arquivamento.
DATA DO JULGAMENTO: 19/03/2010
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATOR: ANDRÉ ISNAED LEONARDI

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2408/09– ORIGEM: CRP-05
CENSURA PÚBLICA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão parcialmente reformada.
DECISÃO CRP: Advertência.
DECISÃO CFP: Censura Pública.
DATA DO JULGAMENTO: 19/3/2010
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: ANDREA DOS SANTOS NASCIMENTO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2409/09– ORIGEM: CRP-05
CENSURA PÚBLICA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão parcialmente reformada.
DECISÃO CRP: Advertência.
DECISÃO CFP: Censura Pública.
DATA DO JULGAMENTO: 19/3/2010
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA
RELATORA: ACÁCIA APARECIDA ANGELI DOS SANTOS

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 226/10– ORIGEM: CRP-06
ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Advertência.
DECISÃO CFP: Advertência.
DATA DO JULGAMENTO: 30/4/2010
PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI
RELATORA: ALEXANDRA AYACH ANACHE

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 238/10– ORIGEM: CRP-11
ARQUIVAMENTO
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o Arquivamento da representação formulada. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento.
DECISÃO CFP: Arquivamento.
DATA DO JULGAMENTO: 30/4/2010
PRESIDENTE DA SESSÃO: ANDRÉ ISNARD LEONARDI
RELATORA: IOLETE RIBEIRO DA SILVA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 478/10– ORIGEM: CRP-11
ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Advertência.
DECISÃO CFP: Advertência.
DATA DO JULGAMENTO: 30/4/2010
PRESIDENTE DA SESSÃO: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM
RELATOR: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

Conforme o artigo 79 da Resolução CFP n°006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

Acupuntura e Psicologia:

ciência, tradição e políticas públicas de saúde

O Conselho Federal de Psicologia realizou, no dia 12 de abril de 2010, um debate online sobre acupuntura. As discussões foram acompanhadas por cerca de 850 pontos de internet. A conselheira do CFP Anice Holanda disse que o tema tem sido debatido de forma crescente na Psicologia e destacou como marco a Resolução CFP nº 5/2002, que reconhece o uso da acupuntura como recurso complementar no trabalho do psicólogo e regulamenta sua prática.

O presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa), Delvo Ferraz, trouxe para o debate as tradições e citou a *Declaração de Veneza*, fruto do colóquio *A Ciência diante das fronteiras do conhecimento*, organizado pela Unesco em 1986, que reconhece as diferenças entre ciência e tradição e constata não a oposição entre os conceitos, mas sua complementaridade.

O professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Nelson Filice de Barros, mostrou a evolução do conceito de prática alternativa, passando por complementar até chegar a práticas integrativas. Ele e Carmen de Simoni, coordenadora da Política Nacional Práticas Integrativas e Complementares no SUS, concordaram que a inclusão das práticas de Medicina tradicional chinesa no Sistema Único de Saúde tem importante perfil contra-hegemônico, pois traz para a saúde pública outras tradições de cuidado e cura, que não são parte da perspectiva biomédica, da ciência ocidental, hegemônica no país.

Arquivo/CFP

Com o tema "Psicologia e Medicina Tradicional Chinesa – MTC – Acupuntura: ciência, tradição e políticas públicas de saúde", debate foi conectado por 850 pontos, via internet

Novo endereço

A partir de 14 de junho de 2010, o Conselho Federal de Psicologia funciona em nova sede, própria:

O endereço é:
SAF/Sul Quadra 02, Lote 02, Bloco B
Ed. Via Office, sala 104
CEP: 70.070-600 Brasília – DF

Conheça a página da Ulapsi

O endereço http://www.ulapsi.org.br reúne, em português e espanhol, informações sobre a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia - (Ulapsi), que agrega esforços para a construção de uma Psicologia comprometida com as urgências e necessidades de nossos países na América Latina.
Uma lista de eventos apresenta atividades previstas em todo o continente, facilitando a circulação de informações entre psicólogos dos diversos países.
Conheça também a revista Psicolatina, que em maio de 2010 chegou ao número 19, e já está disponível na página da Ulapsi.

Agenda

I Congresso Internacional sobre criança e adolescente: clínica, pesquisa e cultura
15.07.2010 a 17.07.2010
Porto Seguro, BA
Telefone: (11) 3473-5458
E-mail: institutolangage@institutolangage.com.br
Link: http://www.institutolangage.com.br/congresso/

XVII Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia
28.07.2010 a 31.07.2010
Belo Horizonte, MG
Link: http://www.cbgg2010.com.br/

IX Congresso Brasileiro de Terapia Familiar
11.08.2010 a 14.08.2010
Armação de Búzios, RJ
Telefone: (21) 2539-1214
E-mail: terapiafamiliar@cmeventos.com.br
Link: http://www.9cbtf.com.br/site/

Congresso Internacional Adolescência e Violência: Perspectivas Clínica, Educacional e Jurídica
26.8.2010 a 28.8.2010
Brasília, DF
Telefone: (61) 3442-7500
Link: http://www.congressoadolescencia.universa.org.br/enviodetrabalhos.html

III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão
3.9.2010 a 7.9.2010
UNINOVE - Campus Memorial
São Paulo, SP
Telefone: (11) 2109-0100
E-mail:congresso@cienciaeprofissao.com.br
Link: http://www.cienciaeprofissao.com.br/III/

IX Encontro Mineiro de Avaliação Psicológica e o II Congresso Latino-Americano de Avaliação Psicológica
22.9.2010 a 25.9.2010
Belo Horizonte. MG
Telefone: (31) 3409-6275
E-mail: ixemap@fafich.ufmg.br
Link: www.fafich.ufmg.br

1º Congresso Brasileiro de Psicologia e Adolescência
13.10.2010 a 16.10.2010
São Paulo, SP
Telefone: (11) 9944-9770 (24) 9992-6827 Linha direta com a Coordenação
E-mail: eppa@eppa.com.br
Link: http://www.eppa.com.br/congresso_adolescencia/Default.htm

Psicólogo/a:
para receber os boletins do CFP, cadastre seu email em www.pol.org.br

IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
SAF/Sul Quadra 02, Lote 02, Bloco B, Ed. Via Office, Sala 104
CEP 70.719-900 – Brasília – DF
e-mail: contato@pol.org.br
home page: www.pol.org.br

DEVOLUÇÃO GARANTIDA ...CORREIOS...

Impresso Especial
100049/2005-DR/BSB
C.F.P
...CORREIOS...